

Dialogia das tradições de investigação: comensurabilidade e não-complementaridade

Dialogism of Research Traditions: Commensurability and Non-Complementarity

Cassiano Ricardo Haag y Gabriel de Ávila Othero*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Abstract

Theoretical pluralism gives rise to competing theories that seek to understand what their place in science is and what is the place of others. Undoubtedly, relations obtain between the various theories that influence the epistemological stance of the researcher. In the history and philosophy of science, these relations have been understood in terms of incommensurability (or the denial of existing relations) or complementarity (a theory explains what another cannot). In this article, the relations in question are understood in dialogical terms, acknowledging the peaceful coexistence of rival theories and drawing attention to the appearance of interference, especially with regard to disputes over anomalous phenomena.

Key words: philosophy of science, philosophy of linguistics, incommensurability, complementarity, dialogism.

Resumen

La pluralidad teórica resulta en la competencia entre las teorías, que buscan comprender cuál es su lugar en la ciencia y cuál es el lugar del otro. Sin duda, existe una relación que se produce entre las diversas teorías, que influye en la conciencia epistemológica de cualquier investigador. Esa relación, en la historia y en la filosofía de la ciencia, ha sido propuesta en términos de incommensurabilidad (negar cualquier relación entre las teorías) o de complementariedad (una teoría explica algo que la otra no puede explicar). En nuestro texto, entendemos esta relación en términos de diálogo: por un lado, aceptando la coexistencia pacífica de las teorías “rivales”; por otro, observando la interferencia que ocurre entre diferentes teorías, sobre todo en la disputa por problemas anómalos.

Palabras clave: filosofía de la ciencia, filosofía de la lingüística, incommensurabilidad, complementariedad, dialogismo.

1. Introdução

A disputa entre correntes de investigação se dá em função da corrida por espaço político e investimentos em sua área de pesquisa, ainda que isso signifique a destruição de outra corrente de investigação rival (ou colega?). Essa disputa se sustenta pela noção de *paradigma*, que supõe sempre a adoção de algo e a consequente exclusão dos outros. A exclusão é sustentada pela ideia de incomensurabilidade, que não permite que teorias diferentes dialoguem entre si, por uma suposta impossibilidade causada pela construção de linguagem específica que faz o cientista de tal ou qual corrente de investigação. Alguns questionam a ideia de incomensurabilidade para substituí-la pela frágil noção de *complementaridade*. Entretanto, esta última não se sustenta, entre outros motivos, pelo fato de não haver, na realidade, nada que articule tradições rivais. Mas há, inegavelmente, um movimento dialógico constante entre não apenas tradições de investigação rivais, mas também entre atividades

* Correspondencia con los autores: cassiano_rhaag@yahoo.com.br; gab.othero@gmail.com.

científicas diferentes, todas elas formando um gigantesco rizoma, uma rede de programas conceituais em que a mudança em um nó pode provocar uma reação em vários outros nós.

O objetivo deste texto é discutir alguns conceitos que servem de pano de fundo para uma concepção de ciência (dirigida, sobretudo, para a Linguística), principalmente sobre a natureza da relação entre diferentes aportes teóricos e tradições de investigação rivais. Trataremos da problemática inter-relação de teorias que convivem numa mesma época ou em épocas diferentes e interferem umas nas outras, por um lado, provocando rupturas; por outro, promovendo continuidades. Iremos nos valer de um autor da filosofia da ciência, a saber, Larry Laudan. As teses que defenderemos aqui não são todas *extraídas* da filosofia de Laudan, mas *balizadas* por alguns supostos dela; a responsabilidade, portanto, é nossa. Estaremos dialogando com os *Ensaio de Filosofia da Linguística* (doravante, *Ensaio*), de José Borges Neto (2004), por se tratar de uma obra reconhecidamente pertinente a fim de se conceber uma filosofia para a Linguística.

Borges Neto (2004) avalia que as teorias de Thomas Kuhn e Karl Popper, apesar de serem as mais populares entre os linguistas, deixam a desejar na explicação sobre como essa ciência progride, encontrando na metodologia de Imre Lakatos uma possibilidade mais adequada. Efetivamente, Borges Neto, nos *Ensaio*, não só empreende discussões filosóficas sobre o fazer científico do linguista que interessam a todos os pesquisadores da área, como também avança na questão ao se valer da metodologia de Lakatos.¹ Sem dúvidas, Borges Neto (2004: 141) está correto ao afirmar que

não parece que as melhores teorias são as testáveis, nem que as teorias são abandonadas quando falseadas como prevê Popper (ver Popper, 1963). Nem parece haver períodos de “ciência normal”, de plena vigência de paradigmas, como diz Kuhn que acontece.

A metodologia dos programas de investigação de Lakatos, no entanto, a nosso ver, parece não ser suficiente em alguns pontos, e o respeito e a admiração pelo belo trabalho de Borges Neto nos levam a contestá-lo em alguns pontos, como o próprio autor sugere que se faça:

Quando alguém publica um trabalho, o que espera? Elogios? Reconhecimento público? Pontos de currículo para eventuais concursos ou progressões na carreira? Pobre da ciência se forem essas as razões para publicações de trabalhos. Creio que a função de uma publicação qualquer é o aumento do conhecimento sobre o mundo [...]. E qual atitude se esperar da comunidade científica diante dessa publicação? Certamente não o silêncio. Silenciar é desrespeitar o trabalho do outro. Os elogios automáticos, as citações acríicas, a bajulação rasteira também não acrescentam nada ao conhecimento humano. *Respeitar o trabalho do outro consiste justamente em submetê-lo à crítica mais rigorosa* (Borges Neto 2004: 82, grifos nossos).

Com certeza, isso é menos um desabafo que o esclarecimento da postura científica do falseacionismo metodológico sofisticado de Lakatos, assumida por Borges Neto. Apesar da crítica necessária que será feita aqui, o empreendimento iniciado com os *Ensaio* servirá como importante ponto de apoio para chegar aonde desejamos. Pertencem à discussão empreendida por Borges Neto – e serão retomados aqui – conceitos como *objeto de investigação*, *pluralidade teórica*, *incomensurabilidade*, *complementaridade* e *racionalidade*. A esses, acrescentaremos as noções de *problema empírico*, *cumulatividade*, *maturidade* e *progresso*, para começar a discussão.

¹ Aliás, esse é um ponto notadamente valioso nos *Ensaio*: discutir filosofia da linguística a partir de um filósofo – o que, infelizmente, não é de praxe entre linguistas. Embora, entre linguistas, seja consenso que quem quiser discutir algo sobre a língua deve buscar apoio em *algum* linguista, muitos linguistas discutem filosofia da linguística sem reconhecer os filósofos da ciência.

2. Um pouco de filosofia da ciência na linguística

2.1. Objeto observacional e objeto teórico

Quanto ao objeto de investigação do linguista, Borges Neto (2004: 62) chama a atenção para o fato de que “não há um ‘objeto natural’ delimitado anteriormente a qualquer opção ou trabalho teórico – ‘prontinho’ para ser investigado”². O autor questiona inclusive a existência de uma coisa una a que se possa chamar “linguagem” – apesar de que, em seu texto mais “didático”, em forma de diálogo em que um professor responde a questões de seus alunos numa aula de Linguística, o personagem do professor postula, na explicação sobre a pluralidade teórica, que a linguagem é *um mesmo objeto* a ser estudado sob diversos pontos de vista: “uma das razões da diversidade teórica é a possibilidade de se realizarem inúmeras abstrações *sobre um mesmo objeto*” (Borges Neto 2004: 22, grifos nossos).³

Para discutir qual é, afinal, o objeto de estudos da linguística, Borges Neto (2004: 34-39) mostra que é importante operar a distinção entre objeto observacional e objeto teórico na construção epistemológica. Não só a linguística, mas qualquer ciência obedece ao que já nos dizia Saussure (como citamos na nota 2): “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure [1916] 1997: 15). Em outras palavras, “o fato linguístico que é objeto de análise não é anterior ao ponto de vista teórico adotado pelo cientista, mas é por ele determinado” (Flores 2001: 58).

Para Flores (2001), a Linguística se divide em dois grupos. No primeiro, estariam as diferentes linguísticas que se ocupam da língua enquanto objeto homogêneo e buscam nela sua formalização. No segundo grupo, se encontrariam as teorias que veem a língua como objeto heterogêneo. Para o autor, essas duas perspectivas seriam *complementares*, ponto que mais adiante iremos retomar. Cabe agora, primeiramente, distinguir o objeto observacional do objeto teórico.

O objeto observacional diz respeito ao mundo e aos eventos observáveis. É, “em princípio, a ‘região’ que a teoria privilegia como foco de sua atenção e é constituído por um conjunto de fenômenos observáveis” (Borges Neto 2004: 35). A partir do primeiro recorte do objeto observacional, a teoria deve instituir as entidades básicas e estabelecer relações entre os fenômenos, erigindo o objeto observacional a objeto teórico. “É com essas ‘luzes’ que o cientista vai olhar a diversidade do observacional, só vendo ali o que as ‘luzes’ lhe permitem ver” (p. 36). Segundo o autor, os fatos da linguagem devem ser delimitados de acordo com uma construção teórica anterior, nada havendo de naturais nessas opções:

Um erro comum é supor que as divisões da ciência correspondem a divisões naturais da realidade. Isto é equivalente a supor que, pelo fato de alguém ter direitos adquiridos sobre certo território, as fronteiras desse território correspondem a alguma divisão natural. As delimitações dos objetos observacionais não são neutras, ou seja, não é a própria realidade que diz como quer ser seccionada. O “loteamento” do

² Esse ponto já havia sido observado por Saussure ([1916] 1997: 15): “Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. [...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras”.

³ Eis a questão: teria sido esse momento um deslize do autor ao tratar dessa inquietante questão da filosofia da linguística ou teria sido essa uma opção, nesse texto, pela didática em detrimento do debate filosófico? Pelo respeito à rica produção do autor, ficamos com a segunda opção, levando em conta dois argumentos. Primeiro, vale notar que o diálogo foi publicado pela primeira vez em 1985, posterior, portanto, a outros capítulos do livro, em que o autor já demonstra clareza sobre a questão ontológica da pesquisa em linguística. Além disso, como mencionamos acima, o diálogo é um texto de caráter notadamente didático que se destina a um leitor iniciante no debate em filosofia da linguística.

observacional é resultado de um trabalho humano sobre a realidade e, em consequência, já é um primeiro momento de teorização (Borges Neto 2004: 35-36).

Laudan (1986: 43) lembra que “el mundo es siempre percibido a través de las ‘lentes’ de alguna retícula conceptual, y que dichas retículas y que los lenguajes en que están insertas pueden dejar [...] un ‘tinte’ indeleble en lo que percibimos”. Em suma, podemos dizer que a linguagem, enquanto fenômeno do mundo, é o objeto observacional comum a todas as teorias linguísticas. A disputa de territórios entre teorias, no entanto, começa no momento em que se postula a linguagem enquanto objeto teórico *de alguma teoria*, ou seja, no “recorte mesmo do objeto”. A palavra “linguagem” é, pois, fortemente polissêmica, de uma polissemia altamente sofisticada. É aí que parece repousar a polêmica do objeto.

2.2. Problema empírico

Estreitamente ligada à questão do objeto é a discussão sobre o problema empírico. Laudan (1986: 39), ao afirmar que “la ciencia es, en esencia, una actividad de resolución de problemas”, distingue entre problemas empíricos e problemas conceituais. Os últimos se referem, em suma, aos problemas gerados *dentro* de uma teoria, ou seja, à (in)consistência da articulação entre os postulados internos da teoria. Mas, neste ensaio, iremos nos concentrar nos problemas empíricos, que são aqueles que servem para explicar algum “fato do mundo” ou, especificamente para a Linguística, um *fato de linguagem*.

Para Laudan (1986: 43),

[...] todos los tipos de *problemas* [...] *se plantean dentro de un determinado contexto de indagación*, y se definen en parte por dicho contexto. Nuestras presuposiciones teóricas acerca del orden natural nos dicen qué esperar y qué parece peculiar o ‘problemático’ o preguntable (en el sentido literal de la palabra). Las situaciones que plantean problemas en el seno de un contexto de indagación no lo harán también necesariamente en otros. Por lo tanto, el que algo sea considerado como un problema empírico dependerá, en parte, de las teorías de que disponemos.

Isso ajuda a tornar mais clara a discussão sobre o objeto da Linguística. O que é problema para uma teoria não é necessariamente para outra. A questão sobre qual é o objeto da Linguística pressupõe a contextualização de quê lugar da Linguística se está falando, e não cremos que se possa falar seriamente na existência de mais de uma ciência com o título de Linguística. Nesse ponto, é fundamental ainda aceitar a metáfora dos *planos* gramatical e hipergramatical proposta por Maingueneau (2005: 161), para eximir “da obrigação de justapor duas zonas em uma mesma superfície”. O autor, ao contrapor as análises que se ocupam ou não da exterioridade na Linguística, esclarece o seguinte:

Falar de interior e de exterior da “língua” constitui uma defesa ilusória: a linguagem não é o objeto de duas linguísticas situadas lado a lado, cada uma delas assumindo uma parte dos fenômenos da linguagem, *mas é a linguística que se desdobra para analisar os “mesmos” fenômenos*. Não duas regiões complementares, mas duas linhas que se misturam e se afastam.

Assumir um desdobramento ou outro, portanto, não significa que se está dentro ou fora da Linguística. A decisão por uma ou outra teoria não significa maior ou menor cientificidade. É necessária uma postura ética do linguista para aceitar o trabalho teórico do outro naquilo a que ele se propõe, ainda que isso não signifique aceitar tudo. Embora a discussão entre as limitações desta ou daquela opção teórica seja absolutamente conveniente, a hierarquização das teorias dentro de uma dicotomia científico/não-científico, linguística/não-linguística é preconceituosa e irracional. É possível, no entanto, estabelecer critérios racionais para a

comparação entre teorias com base na resolução de problemas proposta por Laudan, a fim de promover o debate ético e científico que faz a ciência progredir.

Laudan (1986: 39-76) propõe que os problemas empíricos se dividem em três tipos: (1) resolvidos, (2) não-resolvidos e (3) anômalos. Os problemas resolvidos são aqueles que uma determinada teoria consegue explicar. Ou seja, o problema está resolvido quando, dentro de um contexto de indagação, os cientistas já não o tomam mais como perguntas sem respostas. É importante notar que, para isso, não há relevância saber *a priori* se a teoria é “verdadeira” ou “falsa”, uma vez que é observada uma frequente não permanência das soluções a problemas científicos. Isso significa que aquilo que parece ser uma resposta suficiente em determinado momento do passado pode não ser – e frequentemente não é – uma resposta adequada mais adiante na linha do tempo. Isso indica também que há uma evolução dos critérios exigidos para a solução de problemas.

Os problemas não-resolvidos são aqueles que nenhuma teoria conseguiu resolver. Eles constituem um estímulo para o crescimento e o progresso científicos. Para poder ser considerado um verdadeiro problema não-resolvido, o problema, paradoxalmente, deve ser resolvido. Quer dizer, apenas quando deixa de ser um problema não-resolvido, pode-se afirmar que ele não é um pseudoproblema (algo que não é problemático para a teoria em questão), nem um *mistério*, no sentido chomskyano.⁴ Para Laudan, há dois fatores que justificam o paradoxo do problema não-resolvido. O primeiro é que, até a sua solução, não há segurança sobre a realidade do efeito empírico do problema. Ou seja, não temos como saber se as condições nas quais o problema surgiu são reais. O segundo fator se deve à confusão a respeito do domínio da ciência a que pertence o problema empírico. Quando avaliamos os méritos de uma teoria, os problemas não-resolvidos são irrelevantes. Isso significa que não se pode avaliar uma teoria nem negativa, nem positivamente, por não solucionar um problema que não tenha sido resolvido ainda por teorias concorrentes.

O terceiro tipo de problemas empíricos é o que Laudan chama de anomalia. Dado problema é anômalo a uma teoria quando esta não o resolveu, enquanto uma teoria concorrente já o fez. Diferentemente de seus predecessores na filosofia da ciência, Laudan sustenta que a aparição de uma anomalia suscita dúvidas acerca de uma teoria, mas não torna inevitável seu abandono. Sendo assim, as anomalias não têm necessariamente de ser inconsistentes com as teorias das quais são anomalias. É válido destacar que a importância de determinada anomalia cresce se esta não for resolvida à medida que o tempo passa, tornando-se cada vez mais grave à teoria da qual é anômala.

Com isso, é compreensível a grande discussão entre as linguísticas do plano gramatical e as do plano hipergramatical a que referem Maingueneau (2008) e Flores (2008). Quando a chamada *linguística da enunciação* se ocupa de (e resolve) problemas empíricos que se referem ao sujeito da enunciação, essa questão parece se tornar, automaticamente, um problema anômalo para linguistas que priorizam o estudo formal da linguagem. Contudo, um formalista típico irá negar a existência mesma de um problema desse tipo. Como o recorte formalista não pretende se ocupar do estudo do sujeito da enunciação, as questões relacionadas a esse problema são, para ele, um pseudoproblema, já que estão fora dos limites do estudo da língua, na visão formalista. Da mesma maneira, o tratamento computacional de uma língua natural, por exemplo, por exigir um alto grau de formalização e descrição da estrutura formal das línguas, favorece as teorias formalistas. Muitos dos problemas resolvidos

⁴ Chomsky propõe a ideia de que temos em mãos *problemas* e *mistérios* (Chomsky 1975, 1997, 2000). Os problemas podem ser enquadrados por nossas teorias e são passíveis de análise e entendimento; são questões formuláveis sobre as quais podemos hipotetizar e a cujas soluções podemos chegar. Os mistérios estão além de nosso entendimento e de nossa capacidade cognitiva; não temos a capacidade de formular perguntas adequadas sobre eles, tampouco a capacidade de compreender o mecanismo por trás de seu funcionamento.

por teorias formalistas são pseudoproblemas para a linguística da enunciação e para teorias que também tomam o uso da linguagem como um ponto de ancoragem.

O conflito existe porque, muitas vezes, aquele que aceitar suas limitações pode sofrer, na academia, o peso da anomalia; quando na verdade, trata-se de pseudoproblemas. Cabe uma busca ética e sustentável para pôr um fim a essa disputa de egos, mantendo a discussão epistemológica, mas buscando uma parceria entre os diferentes posicionamentos.

2.3. Pluralidade teórica e a ciência madura

Kuhn ([1962] 2001) acredita que as teorias rivais (paradigmas) devem se defrontar até que uma saia vencedora. Esse momento seria é chamado de *ciência normal*. Quando isso acontece, toda a comunidade científica se volta para o mesmo paradigma a fim de explorar todas as suas potencialidades. No período de ciência normal, os cientistas ignoram toda e qualquer anomalia, toda e qualquer crítica que se possa fazer ao paradigma vigente. Em certo momento, quando já se acumulou um número insustentável de anomalias, alguns cientistas se questionam se o paradigma em estudo é realmente apropriado. Esse é o momento de crise. Nessa fase, os cientistas iniciam testes com outros paradigmas e, quando encontram um paradigma que promete resolver mais problemas empíricos, inicia-se uma revolução científica, propondo-se esse novo paradigma. Daí, segue um novo período de ciência normal.

Quando se discute a respeito do “verdadeiro objeto” da Linguística, buscando-se uma resposta que exclua teorias que vêm sendo trabalhadas seriamente, na verdade, o que se quer é entronar um único paradigma em detrimento dos demais, tal como Kuhn propôs. Apesar da influência que a proposta kuhniana alcança na academia até hoje, vários autores se colocam firmemente em posições diferentes. Contra a postura de Kuhn, Lakatos (1979: 190-191) afirma que

[...] seria um erro supor que precisamos conservar um programa de pesquisa até que se tenha esgotado toda a sua força heurística, que não devemos apresentar um programa rival antes de haverem todos concordado em que foi provavelmente atingido o ponto de degeneração. [...] esta, infelizmente, é a posição que Kuhn tende a advogar: na verdade, o que ele denomina “ciência normal” nada mais é do que um programa de pesquisa que logrou monopólio. [...] O “pluralismo teórico” é preferível ao “monismo teórico”: nesse ponto Popper e Feyerabend estão certos e Kuhn está errado.

Uma das grandes contribuições que Borges Neto busca de Lakatos é justamente a aceitação da pluralidade teórica, que consiste na possibilidade de haver, ao mesmo tempo, vários programas de investigação⁵ concorrentes que se preocupam com o mesmo objeto observacional. Ou seja, são muitas as teorias que se ocupam da *linguagem*, muito embora as concepções do que seja *a linguagem* em cada uma delas possam ser fortemente diferentes.

Laudan (1986), nesse ponto, concorda com Lakatos e defende que a coexistência de teorias rivais contribui para o progresso da ciência. Mas lembra que “tanto Kuhn como Lakatos están comprometidos con la opinión de que hay dos tipos de ciencia radicalmente diferentes, que se corresponden *grosso modo* con los estadios ‘temprano’ y ‘avanzado’ de la actividad científica” (Laudan 1986: 193).

A “ciência normal” de Kuhn se refere ao estabelecimento de um monopólio do paradigma vigente, que se fecha nele mesmo, no sentido de não permitir o estudo de outros pontos de vista. Conforme Kuhn ([1962] 2001: 45), “a ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do

⁵ Estamos usando os termos “teoria”, “paradigma”, “programa de investigação” e outros de forma indiscriminada. Apesar das diferenças ontológicas que propõem esses termos, não é nosso objetivo entrar mais a fundo nessa classificação.

paradigma frequentemente nem são vistos. [...] [os cientistas] frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros”. A “ciência madura” de Lakatos, embora aceite a pluralidade teórica, propõe que cada programa de investigação ignore as críticas e as anomalias para esgotar o poder heurístico do programa. Laudan (1986: 194) avalia que

[...] lo que primordialmente caracteriza a una ciencia madura, tanto para Kuhn como para Lakatos, es la aparición de paradigmas (o programas de investigación) que son autónomos y, por tanto, inmunes a la crítica externa. Esta transición es algo más que terminológica; Kuhn y Lakatos insisten conjuntamente en que la ciencia madura es más progresiva, más genuinamente científica que su correspondiente inmadura.

O autor critica as posturas de Kuhn e Lakatos, defendendo a importância da ciência imatura: “Por la falta de argumentos sólidos en favor de la mayor racionalidad de la ciencia madura, solo podemos concluir que la preferencia expresada por Kuhn y Lakatos en favor de las ciencias maduras no tiene fundamento” (Laudan 1986: 195). Laudan nega, por um lado, o monopolismo kuhniano e, por outro, a “cegueira” lakatosiana. Para ele, “la dicotomía madura-inmadura es, pues, *metodológicamente sospechosa*, porque, en efecto, hace a esos modelos de racionalidad científica inmunes a la crítica empírica” (Laudan 1986: 195). A postura de Laudan permite enxergar a disputa entre tradições de investigação concorrentes de maneira mais igualitária, já que não exclui uma teoria em função apenas de seu estágio maduro-imaturo. Mais do que isso, Laudan sugere que a ciência imatura contribui para o crescimento científico.

Para nós, a ciência imatura reforça o poder do crescimento científico inerente ao pluralismo teórico. Somente as críticas aos programas hegemônicos (e à hegemonia desses programas), o crescimento de anomalias (e a busca por resolvê-las) e o surgimento de novas propostas – características da ciência imatura – dão real sentido à existência de um pluralismo teórico em determinada área.⁶

2.4. *Incomensurabilidade, cumulatividade e complementaridade*

Ao lançar mão da metáfora do “loteamento”, tratando da questão do objeto, Borges Neto (2004) poderia estar sugerindo que o conjunto de “terrenos” a serem observados constituiria uma “totalidade” do território (o objeto). Isso significaria dizer que, para ele, a possibilidade de se delimitar de diversas maneiras “o fenômeno da linguagem”, produzindo uma pluralidade teórica em Linguística, conduziria à *complementaridade* entre as teorias linguísticas? Essa complementaridade seria vista pelo autor como a possibilidade de se *somarem* as diferentes abordagens no sentido de se compor uma visão mais “universal” da linguagem? Negativo. Para responder a essas questões, Borges Neto (2004: 77, grifos nossos) diz que

[...] Franchi, em sua fala, nega a incomensurabilidade e rejeita explicitamente o relativismo e o “tudo vale” feyerabendiano. A posição de Franchi baseia-se, aparentemente, no pressuposto de que o objeto de estudos – a linguagem humana – é único e as várias abordagens, sendo abordagens de um mesmo objeto, são complementares.

⁶ Um episódio de conflito que marcou a história do Programa Gerativo de Chomsky na Linguística foi, por exemplo, o desenvolvimento da *Semântica Gerativa* entre o fim da década de 1960 e a metade da década de 1970. Ainda que o modelo da Semântica Gerativa tenha sido completamente abandonado já no final da década de 1970, o episódio deixou suas marcas na história do desenvolvimento dos postulados teóricos dentro do Programa Gerativo (cf. Newmeyer 1980, e Harris 1993).

Não posso aceitar, pelas razões que já expus no início de minha fala, que exista algo como “a linguagem humana” independentemente da perspectiva assumida, *nem que as várias abordagens sejam abordagens de um mesmo objeto*. Nisso estou com Saussure, que afirma que “o ponto de vista cria o objeto”.

Para Borges Neto, a abordagem teórica escolhida pelo linguista demarca os objetos a serem investigados, tal como propôs Saussure. Nesse ponto, ele concorda também com Kuhn, para quem, entre as teorias científicas concorrentes (paradigmas), existe uma incomensurabilidade, isto é, uma incompatibilidade total na construção dos objetos teóricos de paradigmas rivais, o que impossibilitaria qualquer comparação racional entre teorias. Para Kuhn ([1962] 2001: 190), “os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes”. Seguindo essa linha de raciocínio, é necessário concluir que não se podem *somar* pontos de vista, já que sequer se está tratando do *mesmo* objeto. O erro desse tipo de pensamento parece ser abrir mão da distinção entre objeto observacional e objeto teórico. Ora, as teorias não podem ser comparadas no vácuo, mas é evidente que o objeto observacional, sendo conservado, serve de parâmetro para certa comparação, o que reduz a incomensurabilidade a nada. Para Laudan (1986: 10), “La coexistencia de teorías rivales es la regla, y no la excepción, de modo que la evaluación de teorías es, primordialmente, una actividad *comparativa*”.

Se não existe um *mesmo objeto* (observacional), por que se fazer a distinção objeto observacional vs. objeto teórico? Borges Neto nos diz que “teorias diferentes podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é, supostamente o mesmo” (2004: 37). Portanto, é insustentável afirmar que não existe “‘a linguagem humana’ independentemente da perspectiva assumida” (2004: 77), como o faz Borges Neto. Inegavelmente, o fenômeno linguageiro existe anterior a qualquer formulação teórica, e, aí sim, Borges Neto está certo: não se pode *falar sobre* “uma linguagem humana” sem alguma formulação teórica. No fundo, qualquer teoria que estude o fenômeno *linguagem* deve se preocupar, em maior ou menor grau, com a propriedade que a linguagem tem de relacionar um *som* (seu aspecto meramente formal, fonético) a um *significado* (se aspecto simbólico, conceitual). Afinal, isso é um dado empírico, é uma propriedade da linguagem humana; é um *fato*. As palavras que proferimos não são apenas sons jogados ao ar, produzidos aleatoriamente sem qualquer significado. Saussure já dizia isso ao propor sua dupla articulação da linguagem:⁷

Poder-se-ia chamar à língua o domínio das articulações: cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia. A língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um, sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som; só se chegaria a isso por uma abstração, cujo resultado seria fazer psicologia pura ou Fonologia pura (Saussure [1916] 1997: 131).

Podemos dizer, com Flores e Teixeira (2005: 98), que “não é preciso ir muito longe no estudo da área para se descobrir que *a* Linguística, como campo homogêneo de estudo da linguagem, é uma ficção”, ainda que não abandonemos a proposta de *desdobramento* da Linguística (Maingueneau 2008) e de existência da linguagem como um objeto no mundo. Já Borges Neto (2004: 74), ao tratar da pluralidade teórica na Linguística, parte dessa constatação para se questionar como optar por esta ou aquela teoria:

⁷ Uma discussão bastante interessante sobre esse aspecto específico pode ser encontrada nos primeiros capítulos de Perini (2008), em que o autor critica teorias sintáticas abstratas que acabam deixando de lado a discussão sobre o que vem a ser um fato linguístico.

Se constataremos a inevitabilidade do pluralismo teórico na linguística, a questão básica seguinte é, justamente, a do que fazer diante dessa pluralidade de teorias. Como avaliá-las? Existiria uma teoria melhor do que as outras? Como escolher entre elas? [...]

Eu poderia ficar dias falando de razões [...] para a escolha de teorias. Mas, certamente, eu não poderia apresentar uma única razão racional, objetiva, universal, que permitisse a escolha.

Cita Feyerabend, que ironiza, pois o autor austríaco não crê na racionalidade dessa opção, já que defende que a ciência não progride de forma racional.⁸ Com essa afirmação, Borges Neto endossa a incomensurabilidade kuhniana. Kuhn ([1962] 2001) defende que paradigmas opostos utilizam uma linguagem tão específica que impossibilita a comparação entre teorias. Para isso, seria necessária uma linguagem comum, neutra, que suportasse os postulados e os conceitos de todas as teorias. A essa impossibilidade, ele chamou de incomensurabilidade.

Segundo Borges Neto, se não há como comparar racionalmente duas teorias é porque são incomensuráveis. Para ele, “se a tese da incomensurabilidade se sustentar, não teremos outra maneira de escolher teorias senão as baseadas em razões subjetivas” (Borges Neto 2004: 76). Esse é outro erro de Borges Neto, pois a racionalidade e a comparação entre teorias não possuem uma ligação tão estreita no debate filosófico. A racionalidade está para a escolha entre teorias, enquanto a incomensurabilidade está para o progresso científico. Com a falta de racionalidade na ciência, Feyerabend tenta mostrar que a razão não exerce influência nas decisões do cientista, mas outros critérios, como políticos, por exemplo. Com a incomensurabilidade, Kuhn defende que, entre teorias rivais, não existe comparação, mas revolução. “Para Kuhn a mudança científica – de um ‘paradigma’ a outro – é uma conversão mística, que não é, nem pode ser, governada por regras da razão e cai totalmente no reino da *psicologia (social) da descoberta*. A mudança científica é uma espécie de mudança religiosa” (Lakatos 1979: 126). Na incomensurabilidade entre teorias rivais, Feyerabend concorda com Kuhn, pois essa noção, para ele, fundamenta a falta de racionalidade da ciência, tal como Borges Neto conclui. Nesse sentido, entretanto, Borges Neto desconsidera Lakatos e a si mesmo, uma vez que a incomensurabilidade fere postulados lakatosianos com os quais Borges Neto concorda. Lakatos percebe o progresso da ciência de forma cumulativa, ou seja, uma teoria mais recente deve, pelo menos, responder às questões que as teorias anteriores já resolveram. Lakatos, portanto, considera possível a comparação entre teorias, o que vai na contramão da noção de incomensurabilidade.

Lakatos ([1978] 1993: 54) defende que o progresso científico se dá através da cumulatividade, ou seja, que “*el carácter empírico (o carácter científico) y el progreso teórico están inseparablemente relacionados*”. O filósofo crê que a pluralidade teórica é necessária e que, para se escolher entre dois ou mais programas de investigação concorrentes, o cientista deve optar por aquele que possui maior força heurística. O progresso da ciência se dá, portanto, através da *comparação* entre teorias rivais, na escolha da teoria que melhor resolve problemas empíricos. A teoria mais nova deve resolver, pelo menos, todos os problemas resolvidos pela teoria anterior, mais um. É, em suma, a noção de cumulatividade em Lakatos.⁹

Para Laudan (1986: 191),

⁸ “Claro está que *alguma* forma de comparação é sempre possível (por exemplo, uma teoria física poderá soar mais melodiosa do que outra, quando apresentada em voz alta, com o acompanhamento de um violão). Coloquemos, porém, regras específicas para o processo de comparação, tais como as regras da lógica, aplicadas à relação das classes de conteúdos, e depararemos com exceções, restrições indevidas, e seremos forçados, a cada momento, a sair do embaraço através de evasivas” (Feyerabend, apud Borges Neto, 2004: 74).

⁹ Repare que essa não é a mesma visão que Chomsky tem do avanço de ciência. Para Chomsky, é importante que um novo paradigma deva resolver todos os problemas do modelo anterior *de maneira mais elegante e mais econômica*, com menos regras *ad hoc* e menos maquinaria teórica (cf. Chomsky, 1995 e 2002, por exemplo).

Lo que vicia este enfoque del problema del progreso es que las condiciones que exige para el progreso se satisfacen muy raramente en la historia de la ciencia. Como han afirmado Kuhn, Feyerabend y otros, hay normalmente pérdidas de problemas, así como ganancias, asociadas con la sustitución de cualquier teoría antigua por otra más nueva.

Borges Neto (2004: 76) abandona Lakatos nesse ponto e confessa simpatia pela postura “pragmatista”.

Diante da pluralidade teórica, uma das posturas possíveis é a postura pragmatista [...]. Ou seja, o único critério de validade possível é o critério do “utilitarismo”: uma teoria é boa, “verdadeira”, se conseguir realizar satisfatoriamente as tarefas a que se propõe. De certa forma, isso é o “tudo vale” de Feyerabend. Confesso que essa posição não me é antipática.

Nem a nós. Entretanto, esse é um assunto para outro trabalho. O que vale aqui, seguindo nossa linha de raciocínio, é aceitar, com Laudan (1986), a comensurabilidade e a não-cumulatividade, bem como dar ainda mais alguns passos na discussão, negando a complementaridade entre tradições de investigação e teorias diferentes para propor outro tipo de relação. Na verdade, existe uma relação *dialógica* entre os diferentes pesquisadores. Há uma malha complexa tecida pela atividade científica em que, quando ocorrem discussões na disputa pelo poder político-científico-financeiro, a necessidade de revisar e reescrever certo suposto de uma tradição de investigação nada mais é do que uma *atitude responsiva* desta tradição em relação à sua rival. Isso testemunha o fato de que as crenças da tradição rival interferiram positivamente na reformulação dessa tradição de investigação. Em linguística, podemos constatar isso através da clássica discussão entre formalistas e funcionalistas. A cada argumento construído e publicado, deve-se rever a teoria e construir uma nova contra-argumentação.

Mais do que isso, porém, a atitude responsiva e a dialogia ultrapassam os limites da disciplina e da área do conhecimento. Vamos mencionar dois exemplos de naturezas diversas: o de Saussure e o de Bulea (2005). Quando Saussure consegue organizar uma argumentação convincente para os intelectuais da época e “elevar” a Linguística ao *status* de ciência, outros intelectuais de diferentes áreas do conhecimento aproveitaram essa argumentação para trazer também para suas áreas o prestígio de “ser considerado ciência”. Ou seja, uma teoria linguística entra num diálogo produtivo com outras teorias de outras áreas do conhecimento a fim de revisá-las e reconstruí-las.¹⁰ Não há complementaridade, mas há dialogia. O trabalho de Bulea (2005), por exemplo, aproxima os estudos saussurianos de elementos da teoria da termodinâmica de Ilya Prigogine. Esse exemplo mostra uma teoria linguística sendo revisitada com um olhar a partir de uma tradição de investigação da Física. Novamente, não há complementaridade, mas dialogia.

3. Considerações finais

Neste texto, fizemos um diálogo com Lakatos, Laudan, Borges Neto, Feyerabend e Kuhn, apresentando entremeadamente nossas próprias ideias acerca do que pensamos sobre a tensão entre o *status* de ciência da Linguística de cunho formal(ista) e da Linguística que não quer receber este rótulo. Uma tese central e polêmica que abordamos aqui foi a de que a anomalia é como um “cabo de guerra” entre os defensores de diferentes teorias: os formalistas por vezes

¹⁰ O Estruturalismo saussuriano influenciou a Antropologia (especialmente o trabalho de Claude Lévi-Strauss), a Filosofia (com Louis Althusser e Jacques Derrida, por exemplo), a Psicologia (os trabalhos de Edward Titchener) e a Psicanálise (na figura de Jacques-Marie Émile Lacan e diversos seguidores), por exemplo.

acusam teorias não formais de não resolverem um problema P, o que faz tal problema ser considerado uma anomalia para teorias de base não formal; e vice-versa. Se P for considerado um pseudoproblema para a teoria rival, esse problema pode aparentemente ser evitado. O fato é que esse cabo de guerra é gerado pela proposta kuhniana de ciência normal, ou seja, de que deve haver um único paradigma que estabeleça monopólio. A luta seria pela sobrevivência. A teoria que reconhecesse a pertinência das críticas opostas estaria fadada ao fracasso. Isso funciona assim. Mas não precisa. Acreditamos firmemente que as teorias deveriam conviver mais harmoniosamente. O mundo mudou e já tem espaço para todas essas teorias, cada uma em seu âmbito, mas todas sob o rótulo de Linguística.

A saída tradicional para se promover um discurso de “aceitação” da pluralidade teórica é frequentemente marcada pela noção de *complementaridade* entre as teorias. Borges Neto (2004: 35-36), embora negue essa noção, recorre à metáfora do “loteamento” para explicar a pluralidade teórica (2004: 77). O ponto de vista de cada teoria construiria o objeto teórico a ser investigado como se o objeto observacional fosse “loteado” por vários pontos de vista. Assim, na verdade, ainda que Borges Neto resista, a metáfora do loteamento passa uma clara impressão de complementaridade entre os lotes, que comporiam um *todo*.

Nossa sugestão é aceitar a pluralidade teórica enquanto movimento dialógico que constitui os pontos de vista através da ruptura e da continuidade entre as diferentes teorias, entre as tradições de investigação e, inclusive, entre alguns conceitos que, uma vez alicerçados por uma teoria, podem ser reinterpretados e incorporados por outras teorias. Esse movimento dialógico, evidentemente, deve ser visto com rigor epistemológico, mas não pode ser negado, como se meramente não existisse.

Referências

- Borges Neto, José. 2004. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bulea, E. 2005. “Linguistique saussurienne et paradigme thermodynamique”. *Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation* 104. 53-186.
- Chomsky, Noam. 1975. *Reflections on language*. New York: Pantheon.
- Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Massachusetts: MIT.
- Chomsky, Noam. 1997. “Novos horizontes no estudo da linguagem”. *Delta* 13. 51-74.
- Chomsky, Noam. 2000. *New horizons in the study of languages and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chomsky, Noam. 2002. *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flores, Valdir do Nascimento. 2001. “Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte)”. *Letras de Hoje* 36: 4. 7-67.
- Flores, Valdir do Nascimento. 2008. “Sobre ‘A unidade da linguística’, sobre a linguística e sobre o linguista”. *Calidoscópico* 6: 3. 157-159.
- Flores, Valdir do Nascimento y Teixeira, Marlene. 2005. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto.
- Harris, Randy Allen. 1993. *The linguistics wars*. New York: Oxford University Press.
- Kuhn, Thomas. [1962] 2001. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, Imre. [1978] 1993. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Universidad.
- Lakatos, Imre. 1979. “O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica”. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, org. por Imre Lakatos y Alan Musgrave, 109-243. São Paulo: Cultrix.
- Laudan, Larry. 1986. *El progreso y sus problemas: hacia una teoría del crecimiento científico*. Madrid: Encuentros.

- Maingueneau, Dominique. 2008. "A unidade da linguística". *Calidoscópico* 6: 3. 160-163.
- Newmeyer, Frederick J. 1980. *Linguistic theory in America: the first quarter-century of transformational generative grammar*. New York: Academic Press.
- Perini, Mário A. 2008. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Saussure, Ferdinand de. [1916] 1997. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.